

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA OPERÁRIA
Resoluções do 2º Congresso da POLOP - 1963

Documento da ORM - PO
Digitalizado em: 1999
Fonte: Acervo Victor Meyer

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA OPERÁRIA

Resoluções do 2º Congresso da POLOP - 1963

Reunidos em seu II Congresso Nacional, os delegados da **Organização Revolucionária Marxista - Política Operária** traçaram as diretrizes de sua atuação, que visam a desenvolver e aprofundar na esquerda a linha revolucionária que a Organização representa.

Considera esta que as condições objetivas do país exigem a denúncia da política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas, que atrela os trabalhadores ao carro da burguesia, submete-os sem defesa à opressão do Estado latifundiário-burguês e impede que o Brasil se liberte do jugo imperialista. Como alternativa a essa orientação, que não corresponde aos interesses do proletariado, Política Operária propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país.

Somente tal frente de classe tem condições para levar a efeito uma luta conseqüente contra o regime em que se apóiam os representantes do capital nacional e estrangeiro a que submetem as massas, e para substituí-lo por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores. A luta dos trabalhadores brasileiros é, na realidade, e acima de tudo, uma luta política, sendo, pois, necessário que se contraponha à política de exploração das classes dominantes, uma política operária independente, sob cuja bandeira virão alinhar-se todas as classes oprimidas, a fim de lançar as bases de um Brasil Socialista.

Uma política operária para o Brasil - esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um Partido Revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe — e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido.

Ao traçar as diretrizes de sua atuação, a Organização visa contribuir para que se formule a política operária que a situação do país exige, e conclama todas as forças da esquerda para, em frente única, fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

Situação nacional

- 1)** Os acontecimentos que marcaram a vida política, nos dois últimos anos, resultaram de uma crise de crescimento do sistema capitalista brasileiro, num quadro de decadência do sistema imperialista mundial. A incapacidade demonstrada pelas esquerdas para analisar corretamente essa crise gerou a ilusão de uma insurreição iminente, que a burguesia explorou a fim de manter sob seu controle as transformações em curso. Deixando de determinar as tarefas que colocava o momento histórico — quer no plano de ação de massas, quer no da organização revolucionária — as esquerdas tornaram-se presa fácil de tendências aventureiras e oportunistas e não tiveram condições

para assumir a liderança do processo.

- 2)** A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial. Caracteriza-se, de um lado, pelo desajustamento entre a necessidade de mercados e divisas, que experimenta a burguesia, e a atual estrutura do sistema de produção e de trocas; e de outro lado, pelo esgotamento da inflação como instrumento capaz de promover a acumulação de capital e, portanto, de manter o ritmo de industrialização.
- 3)** A expansão capitalista, que ora chega a um ponto de estrangulamento, correspondeu ao período de implantação da indústria de base no país. Nesta fase, assistiu-se ao reforçamento da burguesia industrial paulista, que passou a gozar de supremacia absoluta dentro da classe dominante e procurou exprimir essa situação no plano político. Neste sentido, foi levada a propor a revisão do compromisso de dominação que mantém com os setores latifundiários e mercantis, assim como a reivindicar novo esquema de relações com o imperialismo norte-americano, visando a melhorar suas condições de parceria.
- 4)** O processamento dessa revisão - confiada ao Governo Jânio Quadros, que a concretizou ao lançar sua política financeira e ao dar início, com a política externa, às reformas estruturais reclamadas - desencadeou a reação dos demais setores dominantes, conduzindo às crises políticas abertas em agosto de 1961. Tais crises contribuíram para radicalizar as massas urbanas, que vinham sofrendo os efeitos da política inflacionária praticada pela burguesia e dos primeiros sintomas do declínio da expansão econômica, que se esboçam a partir de 1959. A intervenção das massas no processo político forçou o recuo da classe dominante, que, com a emenda parlamentarista, procurou pôr fim à crise, sem lograr, todavia, superar suas contradições internas.
- 5)** A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução Cubana estimularam, em largos setores da esquerda, as tendências aventureiras, fazendo-as descurar das tarefas de organização das massas que o momento colocava. Dessa maneira, enquanto as massas eram lançadas a sucessivas demonstrações de forças que, além da euforia de vitória, pouco deixava de concreto no plano organizativo - setores da esquerda preocupavam-se exclusivamente com as formas ilegais de luta, desviando para isso quadros e recursos do movimento revolucionário. O resultado da greve pelo 13º mês, em São Paulo, provocando uma depressão no movimento de massas, abalaria fortemente as tendências aventureiras no meio urbano, embora não impedisse que continuassem em progressão, por algum tempo ainda, no movimento camponês.
- 6)** Confiante de novo em suas forças, em face do êxito da repressão à greve de São Paulo, a burguesia industrial dispõe-se a reabrir a crise política, o que faz através do discurso do Sr. João Goulart, em Santos, a 1º de maio. A derrota do aventureirismo no meio urbano restabeleceu a linha tradicional do reformismo, que marchou para o alinhamento com a burguesia na luta contra a reação. Atrelando ao carro do governo o aparelho sindical, lado a lado com o dispositivo militar, prepararam-se os oportunistas para as batalhas burguesas e, sob o slogan "Gabinete nacionalista e democrático", partiram para a greve política de 5 de junho.
- 7)** O pânico instalado nos arraiais da reação, com a greve política e o receio do próprio governo, ante a dificuldade experimentada para refreá-la, fizeram com

que à simples ameaça de greve, a 14 de setembro, a classe dominante encerrasse sua crise aguda, com a antecipação do plebiscito. A esquerda reformista, abandonada a meio caminho, não pode sequer protestar contra o desprezo manifestado pelo governo às suas reivindicações, desprezo que se patenteou quando a facção parlamentar governista rejeitou, na Câmara, a Emenda Oliveira Brito. O resultado das eleições de outubro e a impotência popular na questão do bloqueio de Cuba confirmaram, definitivamente, o reforçamento da burguesia e a queda que se registrava no movimento urbano de massas.

- 8)** Estribada na nova correlação de forças, a burguesia industrial cerra fileiras agora, em torno do governo e instaura a "política de autoridade", com que espera concretizar os objetivos frustrados pela renúncia do Sr. Jânio Quadros. À racionalização dos investimentos e à execução das "reformas de base", soma-se, em seus planos, uma estabilidade financeira que lhe assegure margem estável de lucros, complementando-se a jogada com a reaproximação a ser tentada com o imperialismo norte-americano, em busca de novos aflusos de dólares. Assim agindo, atém-se a burguesia aos seus interesses de classe, que lhe impõem uma revisão geral da estrutura econômica, e à necessidade de enfrentar a queda da expansão capitalista.
- 9)** A esquerda revolucionária, enfrentando embora um refluxo temporário do movimento de massas, provocado principalmente pelos sacrifícios que a inflação impôs e pela decepção de uma política reformista, possui um grande trunfo para pôr em xeque o plano de ação da burguesia que é o agravamento das condições de vida, que vai resultar da crise econômica e da política de estabilização; esse agravamento não poderá, com efeito, ser disfarçado por aumentos nominais de salários nem pelo recurso indiscriminado às subvenções públicas, que caracterizaram o período inflacionário - o que colocará as massas em frontal antagonismo com a política de sacrifícios que a burguesia lhes quer impor. Conta, ainda, com o fato novo que representou o surgimento ao lado da POLOP, de grupamentos revolucionários como o PC do Brasil e o grupo rebelde do MRT. Pode, finalmente, valer-se do considerável avanço que, malgrado os erros cometidos, se operou na consciência das massas, assim como do descontentamento que o reformismo provocou nas bases dos sindicatos e do PC Brasileiro.
- 10)** Para desempenhar corretamente seu papel, a esquerda deve libertar-se das ilusões que a dominaram até agora e fazer frente às tendências oportunistas e aventureiras que nela se desenvolveram. A fase que atravessamos exige, prioritariamente, a interpretação científica das condições em que se desenvolve a luta de classes; a propaganda e a agitação revolucionárias no seio das massas; e a organização destas em uma frente de classes, suporte de um autêntico Partido Revolucionário — Partido que não constitui uma tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas o resultado de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças. O atual refluxo do movimento de massas supõe que tais tarefas sejam cumpridas com a consciência de que seus frutos só serão colhidos a longo prazo e determina que em seu trabalho de massa, as esquerdas desenvolvam atividades constantes e persistentes, articuladas, porém em um plano sistemático.

Da correta compreensão de nossas tarefas e da dedicação de que dermos prova ao executá-las depende a possibilidade de que, ao entrar em nova fase ascensional, esteja o movimento de massas suficientemente consciente e organizado para fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

Situação internacional

- 1) A crise geral do sistema imperialista na presente fase histórica se deve: à expansão e ao fortalecimento do campo socialista; à saturação do mercado capitalista, que se agrava com o desenvolvimento dos meios de produção em geral e, aos movimentos revolucionários que acompanham a crise colonial.
- 2) O fortalecimento do campo socialista é expresso pelo seu grande desenvolvimento econômico, cujo ritmo de crescimento ultrapassa de muito os índices das nações capitalistas, e pela passagem revolucionária de novas nações para o socialismo. Ademais, causado por esse fortalecimento, parece ganhar novo impulso o processo de superação dos sistemas burocráticos, que até aqui têm barrado um maior desenvolvimento das forças criadoras do socialismo.
- 3) O crescente desenvolvimento da produção capitalista, acelerado depois da última guerra, choca-se hoje com os limites impostos pela restrição do mercado, devido ao baixo consumo das áreas dependentes, além da passagem de outras áreas para o campo socialista.
- 4) O processo de integração econômica dos países imperialistas apresenta-se, em sua forma mais desenvolvida, na criação do Mercado do Consumo Europeu. O surgimento deste deve-se, de um lado, à necessidade de conter dentro de certos limites a hegemonia incontestada dos Estados Unidos dentro do bloco imperialista e, por outro, superar os entraves que os limites nacionais opõem à expansão das forças produtivas. Isto levando-se em conta que a solução imperialista clássica, de exportação indiscriminada de capitais para regiões subdesenvolvidas, choca-se com a já mencionada hegemonia norte-americana e com a crescente escassez de zonas importadoras de capitais ainda não exploradas. Por seu próprio caráter de luta por mercados, esse processo de integração não é feito sem atritos — vide os obstáculos à entrada da Inglaterra no MCE, o descontentamento da América Latina, etc., — atritos estes que tendem a agravar-se, na medida em que se faz sentir a saturação do mercado capitalista mundial. A crescente expansão e o fortalecimento do mundo socialista e a decorrente ameaça ao velho sistema capitalista tornam hoje impraticável nova guerra interimperialista.
- 5) O ponto crítico do imperialismo é justamente sua zona de maior exploração: a região subdesenvolvida que é marginal ao grande desenvolvimento capitalista. Aí, o movimento revolucionário torna-se mais forte e entrava, por isso, a realização de um desenvolvimento pacífico do capitalismo interno, por sua vez com perspectivas limitadas em virtude do seu aparecimento tardio.
- 6) Os prenúncios de depressão na economia norte-americana e o desenvolvimento do campo socialista deixam latente o perigo de uma guerra mundial. Não mais, como no passado, de uma guerra interimperialista, em que em ambos os lados se situavam estados maiores do capitalismo, mas sim de uma guerra entre o imperialismo e os Estados em que se constrói o socialismo. O caráter dessa guerra será, pois, radicalmente diverso dos anteriores, será um choque mundial entre o velho sistema capitalista e uma nova sociedade socialista.
- 7) O proletariado mundial tem todo interesse em que semelhante guerra mundial, liderada, de um lado pelos Estados Unidos e de outro pela União Soviética, seja adiada. Quanto mais tempo se ganhar, mais forte se tornará o campo socialista e mais evidente serão as contradições não solucionadas da sociedade capitalista, que levarão a novas crises econômicas e sociais. Isto,

todavia, não nos converte em porta-vozes de um imaginário desenvolvimento pacífico. O que o argumento diplomático da "coexistência pacífica" pode pretender é evitar ou adiar a eclosão de uma guerra mundial. A "coexistência pacífica" é válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. Neste sistema, existe uma luta de classes latente, que se torna aguda e violenta nas horas de crise ou de situações revolucionárias. Por isso mesmo, o empenho pela "coexistência pacífica" entre os Estados, quando se torna, dentro de um país, em uma coexistência entre classes, volta-se contra si mesmo, na medida em que fortalece um sistema social que é, precisamente, o fato que gera a ameaça de guerra.

- 8) As principais perspectivas revolucionárias se colocam, pois, presentemente, para os países capitalistas retardatários. Nestes a necessidade de reformas capitalistas para a expansão do mercado choca-se, por um lado, com a resistência expressa, no próprio seio das classes dominantes, por aqueles setores ligados à exploração colonial e, por outro, com a existência de movimentos revolucionários capazes de acelerar o processo no caminho da passagem ao socialismo. Daí a importância, hoje, da existência e agressividade dos partidos revolucionários para aproveitar a crise colonial do imperialismo, como alternativa à consolidação pacífica do sistema capitalista.

Movimento Operário

- 1) O desenvolvimento industrial das últimas décadas criou no Brasil um proletariado composto de mais de três milhões de pessoas, que representa uma força material definida nas relações de classe do país; contudo a força material dos operários não corresponde a uma força política equivalente, em virtude do pouco amadurecimento da sua consciência de classe.

Este se manifesta pelo predomínio dos vários matizes da ideologia burguesa no seio do proletariado, que restringe as suas manifestações de classe praticamente a meras reivindicações econômicas, enquanto seguem, na luta política, as diversas facções da burguesia nacional. O processo de formação política do proletariado brasileiro, ou como disse Marx, o da transformação e uma classe "**em si**" numa classe "**para si**", não terminou ainda. A libertação da classe operária da tutela ideológica da classe dominante, isto é, o despertar da consciência do seu papel social e político, continua, pois, a ser a tarefa principal de uma vanguarda revolucionária no país.

- 2) O que dá uma consciência política definida e própria ao proletariado é um partido revolucionário de classe. Este não surge pronto e acabado, mas já é um produto da penetração das idéias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais. O partido aparece como resultado de um contínuo e persistente trabalho de denúncias do antagonismo de classe da sociedade burguesa e de uma consciente obra de educação socialista das massas.

No caso concreto do proletariado brasileiro, esse trabalho educativo das massas operárias, já realizado no passado, foi retardado pela orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda há duas décadas, período em que uma geração de novos operários industriais ficou submetida à influência quase unilateral das mais diversas teorias de colaboração da classe com a burguesia nacional. A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a

POLOP, em tais circunstâncias, consiste na cooperação com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa **Frente Revolucionária de Esquerda**, e orientar a luta comum no sentido de opor à "frente única com a burguesia nacional" uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como palavras de ordem de um futuro movimento de massa de caráter de classe.

3) A atual estrutura sindical, o domínio dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a Legislação Sindical em vigor, elaborada ainda durante o Estado Novo, refletem essa situação objetiva da classe operária. Embora o movimento sindical tenha apresentado um marcante progresso durante os últimos anos, que se caracterizou pela formação de federações e confederações sindicais e há pouco, do Comando Geral dos Trabalhadores - que representa um passo em direção à indispensável criação de uma Central Sindical Brasileira, o problema fundamental - o da constituição sindical, da libertação dos sindicatos do controle do Ministério do Trabalho - não está sequer colocado pelos reformistas. Considerando que a completa autonomia sindical é parte indispensável da luta pela independência da classe operária, propomos o seguinte programa de reivindicações imediatas, neste terreno:

- abolição do Fundo Sindical e transferência de todas as arrecadações para os cofres dos sindicatos, federações e confederações, em proporções a serem fixadas pela Central Sindical;
- abolição do controle das verbas sindicais pelo Ministério do Trabalho, através do Banco do Brasil. A administração das verbas sindicais é assunto das próprias organizações sindicais;
- abolição da Comissão de Enquadramento Sindical. O enquadramento dos ramos profissionais e industriais é de competência das organizações sindicais;
- abolição do Estatuto Padrão, elaborado pelo Ministério do Trabalho. Os estatutos sindicais devem ser elaborados pelas entidades dos trabalhadores;
- abolição do poder de reconhecimento e de dissolução das organizações sindicais pelo Ministério do Trabalho. Esse poder deve ficar exclusivamente a cargo das federações, confederações e da Central Sindical;
- revogação do Decreto 9070. Pela defesa do direito de greve ilimitado.

4) O problema mais agudo que se coloca na mobilização do proletariado como classe independente é a defesa das suas conquistas materiais, isto é, a luta contra a carestia. No fundo, tal problema se resume na questão de saber quem paga o preço do desenvolvimento industrial do país. O recurso já tradicional da Burguesia nacional, usado para lançar o ônus da expansão capitalista nos ombros dos trabalhadores, é a inflação, que garante uma desvalorização permanente dos salários reais, anula periodicamente as conquistas salariais e permite um correspondente aumento periódico do lucro médio. Em virtude do desenrolar da situação econômica geral, externa e interna, este recurso esgotou as suas possibilidades e a burguesia volta-se para os planos de estabilidade monetária, como se vê agora no chamado Plano Trienal. Do mesmo modo que a inflação, os planos de estabilização visam aumentar a parte da burguesia na renda nacional à custa da classe operária. É uma luta de classe contra classe e como tal tem de ser travada. Propomos as seguintes reivindicações imediatas, neste campo:

- escala móvel de salários à base do salário real;
- regulamentação do salário profissional e do abono família;
- formação de Comitês Populares de Luta contra a Carestia, nas fábricas e nos bairros, entre as donas de casa e consumidores em geral. Promoção da fiscalização dos estoques de gêneros alimentícios e outras medidas que desmascarem o caráter de classe do Estado;
- coordenação dos sindicatos e das massas não organizadas dos bairros na luta contra a carestia.

5) A situação objetiva dos sindicatos que, de um lado estão amarrados ainda pelo Ministério do Trabalho e, de outro, só abrangem organicamente parte do proletariado industrial do país coloca na ordem do dia o problema da formação de Comitês de Empresa. Formados nos locais de trabalho, devem representar tanto os operários organizados, como os não organizados, e incluir, sempre que possível, uma representação oficial sindical. Os Comitês de Empresa não podem substituir o trabalho sindical propriamente dito, mas são um elo necessário, num certo grau de desenvolvimento do proletariado, para uma efetiva organização de toda a classe nos locais de produção. No nosso caso, terão papel importante na luta comum pela liberdade e autonomia sindical e pelo fortalecimento do movimento operário autêntico pela base.

6) Parte indispensável da formação de uma classe independente é a luta antiimperialista conseqüente. Trata-se por um lado, das tentativas do imperialismo para penetrar no movimento operário latino-americano, através da ORIT, que têm de ser combatidas como infiltração direta da contra-revolução imperialista. Mas se impõe igualmente, a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar "alianças" entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente antiimperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois espalham ilusões acerca de classes e camadas sociais ligadas a longo prazo ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes da mais-valia, tiram à luta antiimperialista o seu caráter de classe. Neste terreno, propomos as seguintes reivindicações:

- bloqueio total de remessa de lucros, *royalties* e capitais para fora do país;
- encampação sem indenização das empresas imperialistas.

Parte integrante da luta antiimperialista das massas exploradas do Continente é o esforço em prol da criação de uma Central Sindical Latino-Americana.

Para a mobilização dessas massas a favor da defesa militante da Revolução Cubana, não basta mais falar em "autodeterminação", "defesa dos fracos", ou "coexistência pacífica no Hemisfério". É necessário, antes de tudo, despertar a consciência de classe do proletariado, mostrando que a Revolução realizou objetivos comuns, expropriando uma classe dominante e dando o primeiro passo para a transformação socialista da América Latina. A luta do imperialismo contra a Revolução Cubana não é mais do que uma luta pela conservação do direito de exploração das vastas massas latino-americanas pelo capital financeiro internacional.

A pregação do verdadeiro caráter da Revolução Cubana, isto é, do caráter de classe do novo regime criado, é um dos fatores mais poderosos para a formação de um proletariado independente, que constitui a única força conseqüente com que Cuba

poderá contar para a sua defesa entre nós.

Movimento Camponês

- 1) O desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo levaram ao rompimento das relações de produção aí existentes e engendraram um movimento espontâneo de massas, que se mobilizou, até agora, sob duas orientações: a das Ligas Camponesas, que realizaram um trabalho essencialmente agitativo à base de palavras de ordem pequeno-burguesas, e a do Partido Comunista Brasileiro, que procurou dar-lhe uma organização burocratizada e imprimir-lhe a sua ideologia reformista.
- 2) A crise por que hoje passam as Ligas e o beco sem saída a que está chegando a organização camponesa do PCB indicam a existência de uma crise geral do movimento camponês, que só será superada na medida em que este ingresse em uma fase de efetiva organização interna, por meio da qual se mobilizem e enquadrem as grandes massas rurais, e marche, superando o radicalismo e o reformismo pequeno-burgueses, para uma atuação revolucionária conseqüente. Tais devem ser, portanto as diretrizes da POLOP, neste setor: organizar em novas bases o movimento camponês e abrir a perspectiva de uma solução real para os problemas do trabalhador do campo.
- 3) A tarefa de organizar o campesinato desdobra-se em dois níveis: a) o das **associações de massa**, onde, trabalhando juntamente com as demais forças de esquerda tratará a POLOP de reestruturar e ampliar as associações, ligas e sindicatos no plano local, e orientar esses organismos para uma integração de tipo federativo, coroada por uma Confederação Nacional; e b) o da **organização partidária**, onde lhe cabe criar condições no campo para o futuro Partido Revolucionário, iniciando uma política sistemática de formação de quadros marxista-leninistas e de politização das massas.
- 4) O objetivo do trabalho de agitação e organização das massas rurais é a **vinculação do movimento camponês ao movimento operário**, nos quadros de uma Central Única, no plano sindical, e de uma frente de classe, no plano político, a fim de que os trabalhadores da cidade e do campo possam interferir, na vida nacional, como uma força solidária e independente. Este é o papel da vanguarda marxista-leninista que a POLOP se propõe a criar no campo: orientar a organização do campesinato e imprimir à sua ação um caráter político, dando-lhe consciência de que sua sorte está indissolúvelmente ligada à classe operária, na luta pela derrubada do Estado latifundiário-burguês e pela instauração do Brasil Socialista.
- 5) Como marxistas, sabemos que somente o socialismo representa uma solução real para o campo no Brasil. Mas sabemos também que a revolução agrária socialista é uma meta que impõe, para sua efetivação, um duro processo de luta, dentro do qual teremos de levar em conta, em nossa ação diária, as reivindicações imediatas dos camponeses, mesmo quando estas ainda se contiverem nos marcos da sociedade existente. **Mobilizar o campesinato e ligar suas lutas às da classe operária** - este é o nosso objetivo concreto, e a ele subordinaremos as nossas táticas de ação no campo.
- 6) Três fatores determinantes deverão orientar a formulação dessas táticas:
 - **A propriedade monopolista da terra**, que neutraliza, nesta etapa da luta, os choques de interesses entre as camadas que compõem o campesinato e as leva a voltarem-se, num só bloco, contra o inimigo comum: a classe

latifundiária. É evidente, porém, que o avanço do capitalismo no campo enfraquecerá os latifundiários e reforçará progressivamente as camadas médias e superiores do campesinato, além de ampliar a área de ação do capital financeiro aplicado à agricultura - o que terá como resultado acentuar o antagonismo latente que existe entre os camponeses pobres e assalariados rurais - de um lado - e a burguesia rural e urbana - de outro. Torna-se, pois, necessário que, nesta etapa em que a luta do campo se processa nos quadros de uma frente única contra o latifúndio, procuremos assegurar a independência das forças que a compõem (notadamente através da organização dos assalariados em sindicatos próprios), a fim de que estejamos preparados para enfrentar, amanhã, as novas condições que o desenvolvimento capitalista engendrará.

- **O crescimento da massa de assalariados rurais**, que dá à classe operária a certeza de contar com um aliado conseqüente no seio do campesinato, capaz de integrar, em termos puramente de classe, uma Frente dos Trabalhadores na Cidade e do Campo, que congregue as massas exploradas de todo o país.
- **A deteriorização crescente do sistema de abastecimento das cidades e a carestia da vida**, que traduzem a influência da estrutura latifundiária no meio urbano e rural, abrem caminho para um esforço de entrosamento das reivindicações operárias e camponesas em torno da reforma agrária.

7) Propomos, portanto, como reivindicações imediatas que orientem nosso trabalho no campo, os seguintes pontos:

- tomada de terras pelos camponeses;
- amplo, livre e democrático direito de organização, com plena garantia de sindicalização e de independência em relação ao Ministério do Trabalho;
- extensão da legislação trabalhista ao campo;
- modificação da Constituição Federal, através da supressão do parágrafo 16 do art. 141, que estabelece indenização prévia e em dinheiro, nos casos de desapropriação por interesse social - o que converteria a reforma agrária em excelente negócio para a classe latifundiária.

In: revista Política Operária nº. 6, (publicada em meados de 1963)

(Fonte: "Andar com os próprios pés". Belo Horizonte. SEGRAC. 1994).